

Águas de Matão S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Águas de Matão S.A.
Matão - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Matão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Matão S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Não auditamos e nem foram auditadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

São Paulo, 15 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Águas de Matão S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2015	2014 (não auditado)	Passivos	Nota	2015	2014 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	445	192	Fornecedores e empreiteiros	9	2.560	3.556
Aplicações financeiras	5	-	2.322	Empréstimos e debêntures	10	34.275	1.461
Contas a receber de clientes	6	4.628	2.841	Obrigações trabalhistas e sociais		763	495
Ativo fiscal corrente		58	123	Obrigações fiscais		229	184
Outros créditos		350	33	Outras contas a pagar		248	625
Total do ativo circulante		5.481	5.511	Total do passivo circulante		38.075	6.321
Contas a receber de clientes	6	138	-	Empréstimos e debêntures	10	8.608	35.713
Ativos fiscais diferidos	17	4.015	2.377	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	5.119	-
Outros créditos		118	78	Provisão para contingências	11	95	87
Total do realizável a longo prazo		4.271	2.455	Total do passivo não circulante		13.822	35.800
				Patrimônio líquido	12		
Intangível	7	48.295	36.484	Capital social		14.233	7.000
				Prejuízos acumulados		(8.083)	(4.671)
Total do ativo não circulante		52.566	38.939	Patrimônio líquido		6.150	2.329
				Total do passivo		51.897	42.121
Total do ativo		58.047	44.450	Total do passivo e patrimônio líquido		58.047	44.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014 (não auditado)
Receita operacional líquida	13	38.366	27.164
Custos dos serviços prestados	14	<u>(31.790)</u>	<u>(28.056)</u>
Lucro bruto		<u>6.576</u>	<u>(892)</u>
Despesas administrativas e gerais	15	(5.464)	(4.628)
Outras receitas operacionais		11	-
Outras despesas operacionais		<u>-</u>	<u>(9)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>1.123</u>	<u>(5.529)</u>
Receitas financeiras	16	611	256
Despesas financeiras	16	<u>(6.784)</u>	<u>(1.775)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(6.173)</u>	<u>(1.519)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(5.050)</u>	<u>(7.048)</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>1.638</u>	<u>2.377</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(3.412)</u></u>	<u><u>(4.671)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014 (não auditado)
Prejuízo do exercício	<u>(3.412)</u>	<u>(4.671)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(3.412)</u></u>	<u><u>(4.671)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014 - (não auditado)	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Aumento de capital social	6.999	-	6.999
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(4.671)</u>	<u>(4.671)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014 - (não auditado)	7.000	(4.671)	2.329
Aumento de capital social	7.233	-	7.233
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(3.412)</u>	<u>(3.412)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u><u>14.233</u></u>	<u><u>(8.083)</u></u>	<u><u>6.150</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(5.050)	(7.048)
Ajustes para:		
Amortização	1.396	928
Juros sobre empréstimos e debêntures	5.781	1.442
Juros sobre aplicações financeiras	-	(109)
Provisão para contingências	8	87
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.098	531
	<u>3.233</u>	<u>(4.169)</u>
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(3.023)	(3.372)
Ativo fiscal corrente	65	(123)
Outros créditos	(357)	(111)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	(996)	3.556
Obrigações trabalhistas e sociais	268	184
Obrigações fiscais	45	495
Outras contas a pagar	(1)	(5.950)
Juros pagos	<u>(5.063)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(5.829)</u>	<u>(9.490)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	2.322	(2.213)
Aquisição de intangível	<u>(13.292)</u>	<u>(13.074)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(10.970)</u>	<u>(15.287)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos e debêntures captadas	4.700	35.596
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	<u>12.352</u>	<u>(10.628)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>17.052</u>	<u>24.968</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>253</u>	<u>191</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	192	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>445</u>	<u>192</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>253</u>	<u>191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Matão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Matão, São Paulo. A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2013 com a denominação de AEFA Participações Ltda. Em 13 de dezembro de 2013, com a mudança do tipo jurídico, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 14 de fevereiro de 2014, de acordo com o Termo de Ordem de Início e Contrato de Concessão nº 77/2013 firmado com a Prefeitura Municipal de Matão - SP, concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 002/2013 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Matão, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria-público privada, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de coleta, tratamento, e fornecimento de água, à deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem, projeto e construção dos referidos sistemas, fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamentos, compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim, operação de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais, prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade e participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista.

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que, em 31 de dezembro de 2015, detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Conforme demonstrado no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 32.594, basicamente em virtude do empréstimo a curto prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. A Companhia possui suporte financeiro da acionista controladora Aegea Saneamento e Participações S.A., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas desta dívida.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 7** - Definição de vida útil do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 11** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- **Nota explicativa nº 17** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração*

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) *Capital social - ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “I”;
- Intangível em andamento.

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos e debêntures.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro da Companhia não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a companhia em condições que a companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

d. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

i. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de administração que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgoto é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio de método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e debêntures e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

I. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2015	2014 (não auditado)
Caixa	6	-
Banco conta movimento	439	192
	<u>445</u>	<u>192</u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem, basicamente, numerários em espécie e depósitos disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	2014 (não auditado)
CDB - Pré-fixado	98,1% a 103% do CDI	2.322
		<u>2.322</u>

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e faz parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa como uma atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa de atividades de investimento.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos Financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2015	2014 (não auditado)
Faturamento de serviços de água e esgoto	5.606	3.372
Receita a faturar de serviço de água e esgoto	789	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.629)	(531)
	4.766	2.841
Circulante	4.628	2.841
Não circulante	138	-

O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está assim representado:

	Saldos Vencidos				
	Saldo a vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	
Residencial	794	2.024	605	2.629	3.423
Comercial	363	421	202	623	986
Industrial	116	158	104	262	378
Setor público	246	237	74	311	557
Subtotal consumidores	1.520	2.840	985	3.825	5.344
Renegociações					262
Total					5.606

(não auditado)					
	Saldos Vencidos				
	Saldo a vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	
Residencial	324	1.402	292	1.694	2.018
Comercial	200	258	26	284	484
Industrial	44	55	37	92	136
Setor público	193	198	176	374	566
Subtotal consumidores	761	1.913	531	2.444	3.205
Renegociações					167
Total					3.372

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	2015			Total 2014 (não auditado)
	Saldos a vencer e vencidos até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	
Residencial	(228)	(605)	(833)	(292)
Comercial	(126)	(202)	(328)	(26)
Industrial	(156)	(104)	(260)	(37)
Setor público	(127)	(74)	(201)	(176)
Renegociações	(7)	-	(7)	-
	<u>(644)</u>	<u>(985)</u>	<u>(1.629)</u>	<u>(531)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Natureza	2014	(+)	(-)	2015
	(não auditado)	Adições	Reversões	
Correntes	(531)	(1.963)	872	(1.622)
Renegociações	-	(7)	-	(7)
	<u>(531)</u>	<u>(1.970)</u>	<u>872</u>	<u>(1.629)</u>

Natureza	(não auditado)		
	2013	(+)	2014
Correntes	-	(531)	(531)
	-	(531)	(531)

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente e o combate sistemático às fraudes e ligações clandestinas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e parcelamentos a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores abaixo de R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

7 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Prazo remanescente	Taxa média anual	2015			2014
				Custo	Amortização (-)	Líquido	(não auditado) Líquido
Direito de exploração da infraestrutura							
Outorga / Contrato de Concessão	30	28	3,6%	23.824	(1.588)	22.236	23.393
Instalações técnicas de saneamento	25	de 23 a 25	4,0%	7.015	(132)	6.883	1.087
Edificações de estações de tratamento	de 10 a 28	de 10 a 28	3,6%	11.881	(340)	11.541	2.852
Máquinas e equipamentos	de 02 a 28	de 01 a 28	3,8%	2.969	(122)	2.847	184
Outros componentes	de 05 a 28	de 04 a 28	4,6%	2.876	(110)	2.766	629
				48.565	(2.292)	46.273	28.145
Intangível em andamento							
Intangível em andamento				732	-	732	8.244
Adiantamento a fornecedores				1.205	-	1.205	-
				1.937	-	1.937	8.244
Software							
Licença de uso de software	05	de 04 a 05	20,0%	117	(32)	85	95
				117	(32)	85	95
				50.619	(2.324)	48.295	36.484

b. Movimentação do custo

Ativo	2014	2015			
	(não auditado) Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de Concessão	24.202	-	(378)	-	23.824
Instalações técnicas de saneamento	1.093	7	-	5.915	7.015
Edificações de estações de tratamento	2.917	1.213	-	7.751	11.881
Máquinas e equipamentos	200	24	-	2.745	2.969
Outros componentes	651	20	-	2.205	2.876
	29.063	1.264	(378)	18.616	48.565
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	8.244	11.104	-	(18.616)	732
Adiantamento a fornecedores	-	1.205	-	-	1.205
	8.244	12.309	-	(18.616)	1.937
Software					
Licença de uso de software	105	12	-	-	117
	105	12	-	-	117
	37.412	13.585	(378)	-	50.619

Ativo	2013 (não auditado)		2014 (não auditado)	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga /Contrato de Concessão	24.202	-	-	24.202
Instalações técnicas de saneamento	-	-	1.093	1.093
Edificações de estações de tratamento	-	1.168	1.749	2.917
Máquinas e equipamentos	-	200	-	200
Outros componentes	-	651	-	651
	24.202	2.019	2.842	29.063
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	-	11.086	(2.842)	8.244
	-	11.086	(2.842)	8.244
Software				
Licença de uso de software	-	105	-	105
	-	105	-	105
	24.202	13.210	-	37.412

c. Movimentação da amortização

Ativo	2014 (não auditado)		2015	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de Concessão	(809)	(779)	(1.588)	
Instalações técnicas de saneamento	(6)	(126)	(132)	
Edificações de estações de tratamento	(65)	(275)	(340)	
Máquinas e equipamentos	(16)	(106)	(122)	
Outros componentes	(22)	(88)	(110)	
	(918)	(1.374)	(2.292)	
Software				
Licença de uso de software	(10)	(22)	(32)	
	(10)	(22)	(32)	
	(928)	(1.396)	(2.324)	

Ativo	2014 (não auditado)	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / Contrato de Concessão	(809)	(809)
Instalações técnicas de saneamento	(6)	(6)
Edificações de estações de tratamento	(65)	(65)
Máquinas e equipamentos	(16)	(16)
Outros componentes	(22)	(22)
	(918)	(918)
Software		
Licença de uso de software	(10)	(10)
	(10)	(10)
	(928)	(928)

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os juros capitalizados sobre empréstimos na rubrica de intangível em andamento totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 293 e uma taxa média de 15,17% a.a. (R\$ 136 e uma taxa média de 10,48% a.a. em 2014 - não auditado), e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”, no demonstrativo acima.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum fato que justificasse efetuar uma provisão em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 921 (R\$ 434 em 2014 - não auditado). Este montante foi registrado no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 h (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a maioria das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2015	2014
		(não auditado)
Ativo circulante		
Outros créditos - (a)		
Águas do Mirante S.A.	62	-
	<u>62</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no período - (a)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominado Engepav Engenharia e Comércio Ltda.)	1.507	-
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda.	-	68
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	17	-
	<u>1.524</u>	<u>68</u>
	<u>1.586</u>	<u>68</u>
	2015	2014
		(não auditado)
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas - (a) e (b) (nota explicativa nº 9)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominado Engepav Engenharia e Comércio Ltda.)	416	-
Aegea Saneamento e Participações S.A.	282	1.238
Águas do Mirante S.A.	-	242
Águas Guariroba S.A.	-	5
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda.	22	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	28	17
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	-	3
	<u>748</u>	<u>1.505</u>
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar partes relacionadas - (c)		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	5.119	-
	<u>5.119</u>	<u>-</u>
		(não auditado)
Debêntures privadas partes relacionadas - (d) (nota explicativa nº10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	8.608	2.803
	<u>8.608</u>	<u>2.803</u>
	<u>14.475</u>	<u>4.308</u>

	2015	2014 (não auditado)
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados - (a)		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	12	11
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	139	43
	151	54
Despesas de vendas, administrativas e gerais - (a) e (b)		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	1.437	1.250
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	141	96
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	93	46
	1.671	1.392
	1.822	1.446

- (a) Refere-se a contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) A natureza dos valores resume ao repasse de gastos com prestação de serviços de contabilidade; fiscal/auditoria fiscal; financeiro; recursos humanos; jurídico; auditoria interna; planejamento controle e gestão; e tecnologia da informação, prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Barbara D'Oeste, no Estado de São Paulo.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.
- (d) Os saldos mantidos no passivo não circulante referem-se a emissão de debêntures privadas emitidas pela Companhia com prazo de vencimento em agosto de 2027 conforme nota explicativa nº 10.

9 Fornecedores e empreiteiros

	2015	2014 (não auditado)
Fornecedores de materiais e serviços	1.812	2.051
Fornecedores partes relacionadas (veja nota explicativa nº 8)	748	1.505
	2.560	3.556

10 Empréstimos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor original	2015	2014 (não auditado)
Capital de giro (ponte)	CDI + 1,9% a.a.	agosto/16	35.000	34.275	34.371
Debêntures privadas	CDI + 1,65% a.a.	agosto/27	7.500	8.608	2.803
				42.883	37.174
Circulante				34.275	1.461
Não circulante				8.608	35.713

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros não circulantes:

	2015	2014 (não auditado)
2016	-	33.500
2021 em diante	<u>8.608</u>	<u>2.803</u>
	<u>8.608</u>	<u>36.303</u>
Custo de captação (longo prazo)	<u>-</u>	<u>590</u>
Total	<u><u>8.608</u></u>	<u><u>35.713</u></u>

Em 29 de agosto de 2014, Companhia contratou uma linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário - CCB) com o HSBC no montante total de R\$ 33.500 para fazer frente ao seu programa de investimentos (empréstimo ponte). O empréstimo tem vencimento em 19 de agosto de 2016, com amortização de principal em uma única parcela na data de vencimento.

Em 03 de outubro de 2014, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa, sem a emissão de certificados, com valor unitário de R\$ 1 cada, e será realizada em até 6 séries, com valor nominal total de R\$ 7.500, tendo o prazo de vencimento em 03 de agosto de 2027.

A Companhia obriga-se a observar uma série de restrições relacionadas a tal empréstimo, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia de cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios da Companhia;
- Penhor de 50% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.; e
- Aval da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia contratou com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO)* uma linha de crédito no valor de US\$ 14.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2026, carência até 15 de dezembro de 2017 e amortização de principal em 19 parcelas iguais. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia não utilizou essa linha de crédito, e a linha pode ser utilizada até 22 de dezembro de 2016.

Durante o exercício de 2015, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 920 (R\$ 590 em 2014 - não auditado) totalizando o montante de R\$ 1.129 no circulante em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 590 no não circulante em 31 de dezembro de 2014 - não auditado) os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

11 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2015	2014 (não auditado)	
Contingências cíveis	90	84	
Contingências trabalhistas	5	3	
	95	87	

Natureza	2014 (não auditado)	Adições	Baixas	2015
Cível	84	12	(6)	90
Trabalhista	3	5	(3)	5
	87	17	(9)	95

(não auditado)				
Natureza	2013	Adições	Baixas	2014
Cível	-	86	(2)	84
Trabalhista	-	3	-	3
	-	89	(2)	87

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes acerca de cortes indevidos, retorno de esgoto, desapropriações e servidão, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui outras contingências de natureza cível que totalizam R\$ 274 (R\$ 75 em 2014 - não auditado), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 14 de janeiro, 30 de setembro e 19 de dezembro de 2014, a controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou o montante de R\$ 199, R\$ 4.303 e R\$ 2.497, respectivamente, mediante a conversão de contas correntes a receber da Companhia, totalizando em R\$ 6.999.

Em 08 de julho de 2015, a Companhia e sua controlada direta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Engepav Engenharia e Comércio Ltda.), subscreveram e integralizaram capital social em sua controlada Águas de Matão S.A., no valor de R\$ 7.233, mediante a emissão de 7.233 novas ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 31 de dezembro de 2015 os sócios e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2015	2014 (não auditado)
Acionistas		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Engepav Engenharia e Comércio Ltda.)	0,01%	0,01%
Total	100,00%	100,00%

13 Receita operacional líquida

	2015	2014 (não auditado)
Receita de prestação de serviços		
Receita bruta de tratamento de água	14.229	10.123
Receita bruta de tratamento de esgoto	14.804	8.141
Receita bruta de outros serviços	1.610	456
Receitas de construção	11.104	11.086
	<u>41.747</u>	<u>29.806</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos	(602)	(1.003)
(-) Impostos sobre serviços	(2.779)	(1.639)
Total da receita operacional líquida	<u>38.366</u>	<u>27.164</u>

14 Custos dos serviços prestados

	2015	2014 (não auditado)
Pessoal	(1.443)	(1.331)
Conservação e manutenção	(223)	(1.327)
Serviços de terceiros	(702)	(41)
Materiais, equipamentos e veículos	(375)	(314)
Amortização	(1.396)	(928)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	85	31
Custo de concessão	-	(11)
Custo de serviço de tratamento de esgoto	(11.275)	(9.463)
Custo de construção	(11.104)	(11.086)
Energia elétrica	(4.318)	(2.648)
Produtos químicos	(172)	(166)
Locação	(577)	(535)
Outros custos	(290)	(237)
	<u>(31.790)</u>	<u>(28.056)</u>

15 Despesas administrativas e gerais

	2015	2014 (não auditado)
Pessoal	(1.142)	(1.044)
Conservação e manutenção	(20)	(19)
Serviços de terceiros	(2.018)	(1.725)
Materiais, equipamentos e veículos	(122)	(365)
Energia elétrica	(25)	(10)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.098)	(531)
Seguros	(114)	(68)
Viagens e estadias	(60)	(99)
Provisões para contingências	(8)	(87)
Impostos, taxas e contribuições	(10)	(10)
Locação	(250)	(155)
Publicidade e propaganda	(380)	(366)
Outras despesas	(217)	(149)
	<u>(5.464)</u>	<u>(4.628)</u>

16 Despesas financeiras líquidas

	2015	2014 (não auditado)
Rendimentos de aplicações financeiras	25	109
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	<u>586</u>	<u>147</u>
Receitas financeiras	<u>611</u>	<u>256</u>
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(5.781)	(1.442)
Juros sobre atraso em pagamentos	(315)	-
Despesas e comissões bancárias	(343)	(257)
Outras	<u>(345)</u>	<u>(76)</u>
Despesas financeiras	<u>(6.784)</u>	<u>(1.775)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.173)</u>	<u>(1.519)</u>

17 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para apuração do IRPJ e da CSLL.

	2015	2014 (não auditado)
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.050)	(7.048)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.717	2.396
Despesas indedutíveis	(26)	(19)
Outras diferenças permanentes	(53)	-
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	<u>1.638</u>	<u>2.377</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>1.638</u>	<u>2.377</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>	<u>34%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2015	2014 (não auditado)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	277	144
Provisão para participação nos lucros	144	92
Provisão para contingências	32	30
Ajuste a valor presente	2	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.088	2.312
	<hr/>	<hr/>
Ativo fiscal diferido	4.543	2.578
	<hr/>	<hr/>
Capitalização de juros	(144)	-
Custo de transação	(384)	(201)
	<hr/>	<hr/>
Passivo fiscal diferido	(528)	(201)
	<hr/>	<hr/>
Ativo fiscal diferido líquido	4.015	2.377

18 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2015	2014 (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	445	192
Aplicações financeiras	-	2.322
Contas a receber de clientes	4.766	2.841
Total	5.211	5.355

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 10.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Fluxo Financeiro - 2015							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Empréstimos e debêntures	42.883	49.495	39.097	-	-	-	10.398
Fornecedores e empreiteiros	2.560	2.560	2.560	-	-	-	-
Contas correntes a pagar partes relacionadas	5.119	5.119	-	-	-	-	5.119
Outras contas a pagar	248	248	248	-	-	-	-
Total	50.810	57.422	41.905				15.517

(não auditado)

Fluxo Financeiro - 2014							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Empréstimos e debêntures	37.174	44.759	3.111	41.648	-	-	-
Fornecedores e empreiteiros	3.556	3.556	3.556	-	-	-	-
Outras contas a pagar	625	625	625	-	-	-	-
Total	41.355	48.940	7.292	41.648	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2015	2014 (não auditado)
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	-	2.322
	-	2.322
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e debêntures	42.883	37.174
	42.883	37.174

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e debêntures	(42.883)	Variação do CDI	13,24%	(5.678)	(7.098)	(8.517)	(4.259)	(2.839)
				(5.678)	(7.098)	(8.517)	(4.259)	(2.839)

(não auditado)

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2014	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	2.322	Variação do CDI	10,81%	251	314	377	188	126
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e debêntures	(37.174)	Variação do CDI	10,81%	(4.019)	(5.024)	(6.029)	(3.014)	(2.010)
				<u>(3.768)</u>	<u>(4.710)</u>	<u>(5.652)</u>	<u>(2.826)</u>	<u>(1.884)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informações integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	445	-	445
Contas a receber de clientes	6	4.766	-	4.766
Total		<u>5.211</u>	<u>-</u>	<u>5.211</u>
Passivos				
Empréstimos e debêntures	10	-	42.883	42.883
Fornecedores e empreiteiros	9	-	2.560	2.560
Outras contas a pagar		-	248	248
Total		<u>-</u>	<u>45.691</u>	<u>45.691</u>

(não auditado)					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	192	-	192
Aplicações financeiras	5	2.322	-	-	2.322
Contas a receber de clientes	6	-	2.841	-	2.841
Total		2.322	3.033	-	5.355
Passivos					
Empréstimos e debêntures	10	-	-	37.174	37.174
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	3.556	3.556
Outras contas a pagar		-	-	625	625
Total		-	-	41.355	41.355

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e debêntures é demonstrado abaixo:

	2015	
	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos		
Empréstimos e debêntures	42.883	46.303

Os valores justos de empréstimos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos e das debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

19 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A controlada possui uma concessão adquirida por meio de uma licitação com a Prefeitura Municipal de Matão, SP.

Esse contrato de concessão tem o prazo de duração de 30 anos a ser contado a partir da data da assinatura do Termo de Ordem de Início em 14 de fevereiro de 2014.

A controlada mediante participação no processo licitatório nº 002/2013 e de acordo com o Contrato de Concessão nº 077/2013, tem por objeto a prestação dos serviços públicos de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável, de coleta, transporte, afastamento, interceptação, tratamento e destinação final de esgotos sanitários, no âmbito do município de Matão/SP e seus Distritos, incluindo a construção, instalação e operação da ETE - São Lourenço do Turvo, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente. Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de águas e 100% da coleta e tratamento de esgoto foram atendidos até 31 de dezembro de 2014. A Prefeitura Municipal de Matão, reconhecendo que todos os marcos contratuais foram atendidos até 31 de dezembro de 2014, autorizou a paridade entre Tarifa de Água e Tarifa de Esgoto conforme decreto 4.838 de 19 de dezembro de 2014 resultando aumento na tarifa de 7,85%.

Todos os compromissos e investimentos contratuais foram cumpridos até 31 de dezembro de 2015 mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

20 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Jorge Carlos Amin
Diretor Presidente

Radamés Andrade Casseb
Diretor Executivo

Percival Gratti Junior
Contador - CRC nº 1SP-239268/O-9